
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA CRISE PANDÊMICA

José de Lima Soares*

Neste trabalho, procuramos fazer um recorte do mundo social mais amplo, a saber, o campo educacional, a fim de apreender o novo cenário que se desenhou com a crise pandêmica ocasionada pela Covid-19 a partir de 2020. De modo mais específico, nos interessa refletir sobre as repercussões da precarização do trabalho docente no contexto da pandemia, tomando por base a adoção de estratégias de ensino remoto ou não presencial, considerando-se o crescente interesse de pesquisas e levantamentos sobre as alterações nas rotinas de professores e professoras, bem como as preocupações de entidades de classe com as condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores da educação.

Procuramos fazer uma análise dialética da formação docente e suas ações no contexto da pandemia, analisando a pertinência entre o que se fala e o que se faz no âmbito da educação e do mundo do trabalho na sociedade contemporânea. A educação do século XXI deve acompanhar o processo de mudanças que a sociedade exige como contribuição para a formação de um novo sujeito. Neste sentido, pretende-se problematizar os conhecimentos necessários ao educador ao longo de seu exercício profissional sob uma perspectiva crítica e reflexiva como premissa necessária de um novo arranjo social que demanda profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. Diante desse quadro, algumas indagações parecem bastante pertinentes: Quais seriam nesse limiar de século os maiores desafios impostos à reflexão crítica pela nova realidade do mundo do trabalho e da educação? De que maneira se colocam na atualidade as possibilidades contraditórias e emancipacionistas do mundo do trabalho e da educação?

A pesquisa também se insere em algumas considerações de caráter bibliográfico que objetiva analisar o trabalho docente e sua prática pedagógica numa perspectiva

* Doutor em Sociologia pela UnB - é professor associado do Instituto de História e Ciências Sociais da UFCAT/GO, é coautor do e-Book *A nova (e a antiga) realidade do mais-valor: Diálogos sobre trabalho e capitalismo no século XXI* (Foz do Iguaçu, CAEC, 2022). E-mail: josesoares@ufcat.edu.br.

reflexiva crítica, a partir do que vem sendo discutido por educadores como: Freire (1996), Saviani (2009), Frigotto (1998), Manacorda (2000), Edgar Morin (2000), Mészáros (2005), Pablo Gentili e Tadeu da Silva (1995; 1999). Diante da amplitude e diversidade de temas e enfoques a respeito da pesquisa sobre o trabalho docente, pretendemos aqui apresentar apenas uma síntese geral das fontes bibliográficas que vem e sendo pesquisadas e desenvolvidas.

Não são poucos os estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e cientistas sociais que têm chamado a atenção para os efeitos da crise pandêmica de 2020 e que acabaram incidindo dramaticamente nas problemáticas psicossociais em diferentes contextos. Sob variados enfoques, dispositivos discursivos da sociedade, tais como o midiático, têm produzido interpretações acerca das repercussões do isolamento (ou distanciamento) social, dos processos de trabalho realizados remotamente, das práticas engendradas em torno do *home office* e, de modo geral, das práticas sociais do cotidiano ressignificadas por meio das tecnologias. Alguns exemplos ilustram os diversos vetores das preocupações e problematizações erigidas no meio intelectual, seja a partir de evidências do cotidiano ou de reportagens produzidas por veículos de imprensa tradicionais e alternativos (LARA, 2020).

De acordo com Lara (2020), as condições de trabalho dos novos proletários do setor de serviços na era digital, em verdade, não são novas, considerando-se que já foram apreendidas em estudos desde os anos 2000 (ANTUNES, BRAGA, 2011; ANTUNES, 2018; 2020; 2022). Mas, no cenário atual, com parte da população confinada e com a difusão do hábito de pedir comida pela internet, ficaram evidentes as condições de desigualdade entre aqueles que detinham a prerrogativa de praticar o isolamento social em suas casas e os que não detinham essa opção, posto que precisavam trabalhar (como é o caso dos entregadores de APPs) (LARA, 2020).

As relações trabalhistas dos professores foram subitamente modificadas, em vários aspectos, dentre eles, ensinar por meio remoto diante da insuficiência de conhecimento e formação específica no uso de tecnologias digitais e ferramentas para essa modalidade de ensino. Na complexidade da problemática, muitos alunos não possuem recursos necessários e seus pais ou responsáveis também não dispõem de meios para acompanhar e orientar o processo educativo em ambiente domiciliar.

Práticas de trabalho intermitente incorporadas nas lógicas pessoais dos trabalhadores – como responder *e-mails* à noite ou aos finais de semana –, abusos no uso

de aplicativos como *WhatsApp*, uso de espaços domésticos improvisados como espaços de trabalho e compartilhados com companheiros, filhos e animais domésticos, além do cansaço físico e mental provocado pelo prolongamento de conexões virtuais, são alguns dos aspectos evidenciados entre os especialistas, acerca do trabalho remoto. Para muitos, o conjunto desses elementos constitui uma novidade instaurada pela crise pandêmica de 2020. Todavia, a hipótese levantada no presente estudo é a de que as condições de trabalho e suas repercussões, no contexto da crise pandêmica para trabalhadores da educação, com a instauração do ensino remoto, apenas exacerbaram uma série de tensões no mundo do trabalho que não são exatamente novas.

Bolsonaro fez um governo antipopular, antidemocrático e antinacional, que somente favoreceu os interesses do grande capital, dos grandes bancos, do agronegócio, das multinacionais, dos empresários do garimpo ilegal e da extração ilegal de madeira e dos patrões - que impõem o arrocho salarial e cada vez mais péssimas condições de trabalho, ampliando assim a precarização (CUT, 2022).

Outro agravante do governo Bolsonaro foi sua postura diante da pandemia de Covid-19, para a qual o presidente e seus aliados não tomaram as medidas emergenciais e preventivas necessárias para evitar o genocídio da população brasileira, principalmente dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora. Muitas vidas poderiam ter sido salvas, mas Bolsonaro fez piadas e ironias com o sofrimento e a morte de cidadãos brasileiros, além de desencadear uma onda de mentiras acerca das opções de tratamento, uma campanha antivacina e contra as medidas sanitárias de segurança e prevenção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e entidades brasileiras ligadas à saúde. Graças às mobilizações populares e à existência de um Sistema Único de Saúde (SUS) público e gratuito, foi possível minimizar os efeitos do vírus na sociedade (CUT, 2022).

Na Educação Básica (e, por conseguinte, no ensino presencial nos níveis mais elevados de formação escolar e acadêmica), as estratégias de enfrentamento à crise pandêmica institucionalizou o *home-office* no trabalho em educação. Mas essa forma de trabalhar não é nova, nem seus efeitos são desconhecidos nos estudos do trabalho (ANTUNES, BRAGA, 2011). As pesquisas realizadas desde antes da pandemia corroboram as constatações de que jornadas de trabalho são prolongadas, que o ritmo de atividade é intensificado a qualquer tempo e lugar e que via tecnologias digitais e móveis os docentes estão constantemente alcançáveis pelas demandas de trabalho (LARA, 2020). Além disso, novas formas de controle são engendradas via tecnologias

digitais, instaurando uma nova cultura do trabalho. A exemplo do que foi apresentado por muitos trabalhadores, de que o *home-office* é ambivalente também foi apresentada acerca do trabalho docente: ela permite conciliar atividades profissionais e afazeres domésticos, mas também que o trabalho colonize todos os tempos e espaços do cotidiano particular. Trata-se, além disso, de um tema conhecido nos estudos do trabalho, ao qual Dal Rosso (2017) chamou de “ardil da flexibilidade”.

Estudos dessa natureza são importantes não para limitar-se a um trabalho de exegese ou de reiteração das importantes concepções atuais na área educacional, sobre a relação dialética trabalho/educação. Contudo, propõe-se aprofundar o debate acerca da educação em suas origens ontogenéticas na esteira de autores como Bogdan Suchodolski (1984) e Aníbal Ponce (2001); percurso através do qual tornou-se possível discuti-la como mediação fundamental no processo de desenvolvimento do gênero humano, portanto, existe como complexo social que guarda estreita relação com a categoria da ética.

Sob esta concepção ontológica ou ontocriativa do trabalho, como nos mostra Kosik (2010), é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso o mesmo não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Na sua dimensão mais crucial ele aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos enquanto seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, ambas, que por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço.

Pablo Gentili (1999), aborda criticamente algumas dimensões da configuração do discurso neoliberal no campo educacional. Ele começa destacando a importância teórica e política de se compreender o neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica, ou seja, como uma estratégia de poder que implementa sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional e etc.; e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais busca legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem, e devem ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades.

Sendo assim, o objetivo político de democratizar a escola acaba subordinado à tarefa de realizar uma profunda reforma nos serviços educacionais. Deste argumento decorre a retórica construída pelas tecnocracias neoliberais de que nos países mais pobres não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes.

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste contexto que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação de indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades/mercadorias, sendo a educação uma delas. Por isso mesmo, Pierre Bourdieu (1998) qualificou o neoliberalismo como um programa metódico de destruição de coletividades.

Nesse contexto, István Mészáros (2005), em sua obra *A Educação para além do capital*, afirma que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. O filósofo é categórico ao afirmar que tanto os governantes políticos quanto os governados, os privilegiados educacionalmente e aqueles que tem de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estanques.

Um tema relevante

A relevância do tema pode ser observada pela volumosa bibliografia e pelas inúmeras fontes de pesquisa que vem sendo desenvolvida nas duas últimas décadas e pelo impacto das inovações tecnológicas e das mudanças organizacionais sobre o campo da educação e do mundo do trabalho.

A produção acadêmica das duas últimas décadas tem se traduzido em grande preocupação dos pesquisadores dos programas de educação e participantes de eventos e fóruns nacionais com a construção de uma escola de qualidade, capaz de contribuir para a formação dos indivíduos nos planos cultural, sociológico, antropológico, econômico e político. Essa produção acadêmica está ancorada em alguns pressupostos. O primeiro deles reconhece que, desde a década de 1990, sob o domínio de governos neoconservadores e neoliberais e de forte hegemonia política, realizam-se reformas

estatais e para a educação de modo que se reequilibre a área educacional, após inúmeros insucessos decorrentes das crises constantes no âmbito nacional e internacional. Nesse cenário, torna-se indispensável refletir sobre as políticas educacionais, visando construir uma escola democrática efetivamente engajada na emancipação dos sujeitos.

Outro pressuposto refere-se ao fato de a universidade constituir-se em espaço de criação, pesquisa, composição e produção intelectual. Um terceiro pressuposto diz respeito ao compromisso intrínseco da própria natureza das universidades e com o processo de profissionalização dos professores, o qual abarca um amplo conjunto de situações indissociáveis, como salário, condições de trabalho, carreira e formação. Um quarto pressuposto diz respeito a gestão educacional e implica no redimensionamento das práticas administrativas e pedagógicas das organizações escolares, uma vez que corresponde a um processo de qualificação do agir dos indivíduos, tomando como referência: o pessoal e o coletivo. E por fim, uma definição clara no tocante a política educacional, envolvendo a negociação de interesses, e visões de mundo expressas por diferentes grupos sociais, econômicos e políticos.

Marx e Engels, em meados do século XIX, já apontavam para uma perspectiva de mudança do sistema de educação. Entendiam que: “Por um lado, é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo, por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. Por conseguinte, é preciso partir da situação atual (MARX e ENGELS, 1992, p. 96)

Para Mészáros (2005), a nossa tarefa educacional é uma missão de transformação social ampla e emancipadora. A transformação social radical requerida é inconcebível sem a contribuição positiva mais ativa da educação no seu sentido amplo. A educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu interrelacionamento dialético com as condições em mudança e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva.

Questões Metodológicas

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura especializada, que inclui livros e artigos científicos que estudaram os temas referente ao trabalho docente na contextualidade da sociedade contemporânea. O ponto de partida é a compreensão do método científico como um caminho para se chegar ao conhecimento de uma determinada realidade. Não um caminho traçado arbitrariamente, mas de acordo com a concepção

dialética que se tem dessa mesma realidade, ou seja, a definição do método do conhecimento não é independente da definição do objeto do conhecimento.

Joaquim Severino (2005) entende que a ciência, enquanto conteúdo de conhecimentos, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, da teoria com a realidade. Insiste o autor, que a pesquisa científica, deve superar o simples levantamento de fatos e dados, buscando sempre articulá-los no nível de uma interpretação teórica. É com base nesta lógica que a ciência se constrói e se desenvolve. “*A descoberta científica é sempre provocada pela tensão gerada pelo problema. Daí a necessidade de se estar vivenciando uma situação de problematização*”. (SEVERINO, 2005, p. 148).

Esta pesquisa parte de uma perspectiva agudamente crítica que tem como ponto de partida o método crítico-dialético e a abordagem histórico-crítica de educadores como Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto, entre outros. Na pedagogia histórico-crítica (a teoria crítica da educação) a escola ganha grande destaque. Na verdade, ela recebe o dever de

propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. Mas o que vem a ser esse saber elaborado? Como ele se manifesta? Este saber elaborado é o conhecimento construído historicamente pelos homens e desse modo não se confunde com algo que a natureza nos proporciona. Ele é o trabalho não-material. Ele é o clássico, ou seja, é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial (SAVIANI, 2008, p. 15).

Segundo Frigotto (2001), o método implica necessariamente ter como ponto de partida os fatos empíricos que nos são dados pela realidade. Implica, em segundo lugar, superar as impressões primeiras, as representações fenomênicas desses fatos empíricos e ascender ao seu âmago, às suas leis fundamentais. O ponto de chegada será não mais as representações primeiras do empírico, ponto de partida, mas o concreto pensado. Essa trajetória demanda do homem, enquanto ser cognoscente, um esforço e um trabalho de apropriação, organização e exposição dos fatos.

O método crítico-dialético, parte do princípio do que o processo do conhecimento do real objetivo, histórico, dinâmico e conflitivo, é possível ser percebido por meio de categorias abstratas, visando chegar à construção do real concreto. Nele o conhecer científico começa pela parte, buscando o todo, porém, focaliza as categorias temporalidade e historicidade. Compreende os fenômenos em suas várias dimensões e na perspectiva de sua historicidade, desvelando as contradições e mediações no contexto da totalidade na qual eles se manifestam. Concebe a ciência como uma construção histórica

e ação, a categoria epistemológica fundamental. O ser social está implicado no conjunto das relações sociais. Ele é histórico e socialmente determinado, porém capaz de conscientizar-se de seu papel histórico, educar-se e libertar-se por meio de práticas revolucionárias. É capaz de participar e transformar a natureza pelo trabalho, pois constrói o ambiente social em que vive. É um ser, ao mesmo tempo, resultado dos processos sociais e construtor da história. Ou seja, como diria Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto unidade do diverso. Por isso ele aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora constitua o ponto de partida real e por isso também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 1978, p. 116).

No plano teórico, procuramos desenvolver algumas reflexões sobre as concepções reprodutivistas de autores como Pierre Bourdieu (2010) e as teses defendidas pelo filósofo István Mészáros (2005) sobre os fundamentos da educação em uma perspectiva marxista. O ponto de partida, em Bourdieu, é que a escola reproduz as desigualdades sociais. Uma vez reconhecida como legítima, e como portadora de um discurso não arbitrário e socialmente neutro, a escola passa a poder exercer, segundo Bourdieu, livre de qualquer suspeita, suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiaria, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado. Assim, na perspectiva do sociólogo francês, há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes.

O Contexto da Pandemia

Em sociedades marcadas pela desigualdade e abismo social, o enfrentamento de crises sociais afeta com mais intensidade aqueles que já se encontram em situação desigual. Assim, aconteceu com a pandemia, no tocante à realidade do trabalho docente, afinal, o capitalismo ao se apropriar da situação conseguiu deixar ainda mais difíceis as condições dos trabalhadores, especialmente dos professores. A realidade que se apresenta é de sobrecarga de trabalho, demissões, dificuldade de acesso e não habilidades com as tecnologias, em suma: precarização, salários arrojados, exploração da força de trabalho. O mundo ainda não superou a crise. Estamos no curso da pandemia e, considerando a situação dos trabalhadores nos anos de 2021-2022, é possível prever que as implicações

futuras do capitalismo sobre o mundo do trabalho não serão menos catastróficas. Até os mais otimistas concordam que certamente o professor continuará a ser alvo do sistema, que busca na exploração a garantia de mais lucro e acumulação de capital.¹

A crise provocada pela pandemia da COVID-19 impactou direta e negativamente a sociedade e tem provocado efeitos trágicos nas mais diversas esferas sociais. No tocante às relações de trabalho, é pertinente mencionar que o capitalismo ao se apropriar da situação conseguiu deixar ainda mais precárias as condições dos trabalhadores, especialmente daqueles mais pobres. A realidade que se apresenta é de sobrecarga de trabalho, demissões, exploração da força de trabalho, em suma: precarização do trabalho. Ainda que as demais dimensões do trabalho docente, no contexto da crise pandêmica, sejam compatíveis com configurações existentes em períodos pré-pandêmicos nos contextos em que o trabalho vem ganhando conotações ubíquas, essas características não devem ser atenuadas, nem normalizadas sob o epíteto de “novo normal”. Sob o ponto de vista político, a romantização das estratégias mobilizadas por docentes - e estudantes - para fazer frente aos desafios impostos por fatores externos aos processos pedagógicos potencializa discursos em favor da virtualização do ensino e da flexibilização do trabalho em educação.

As relações entre as alterações em práticas sociais e culturais ocorridas com a incorporação de tecnologias digitais e móveis ao cotidiano de vida pessoal/privada e de trabalho dos indivíduos nas sociedades contemporâneas e as alterações no mundo do trabalho trazidas com as mudanças tecnológicas, sobretudo aquelas relacionadas à flexibilização do tempo, não são temáticas novas nos estudos do trabalho (DAL ROSSO, 2018). Também esse aspecto, tornado mais visível no contexto da crise pandêmica, não é novo no âmbito dos estudos do trabalho docente. Consequentemente, as repercussões dessas alterações para a saúde dos professores não é novidade, embora fatores estressores

¹ Ao longo da história, muitos autores denunciaram implacavelmente as epidemias, pandemias e suas implicações sobre as populações mais vulneráveis, os trabalhadores, marcadas pela pobreza e pelas péssimas condições de existência. Podemos citar o jovem Engels em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Marx em *O Capital*; na literatura, Jack London, com *A praga escarlate*, Albert Camus em *A peste*. Engels (2010) resume, assim, a crise epidêmica dramática (envolvendo doenças como o sarampo, cólera, escarlatina, coqueluche e varíola) que assolou a Inglaterra vitoriana, atingindo altas taxas de mortalidade: “Quando a epidemia deu seus primeiros sinais, uma onda de pavor envolveu a burguesia da cidade. De súbito, ela se recordou da insalubridade dos bairros pobres - e tremeu com a certeza de que cada um desses bairros miseráveis iria se constituir num foco da epidemia, a partir do qual a cólera estenderia seus tentáculos na direção das residências da classe proprietária. Rapidamente se designou uma comissão de higiene para inspecionar aqueles bairros e preparar um relatório rigoroso de suas condições ao Conselho Municipal” (ENGELS, 2010, p. 105-106).

próprios de um contexto pandêmico tenham se somado às condições laborais já existentes e frequentemente vistas como precarizadas nos estudos do trabalho (LARA, 2020).

A precarização do trabalho situa-se no conjunto das recentes transformações do capitalismo, embora não possa ser tomada como fenômeno novo, conforme defende Souza (2021). Na verdade, constitui-se como elemento estrutural do modo de produção capitalista, uma vez que coaduna elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que ratificam a exploração do trabalho e equalizam a questão do desemprego estrutural.

Assim a precarização das relações de trabalho é multifacetada e se revela no prolongamento das jornadas de trabalho, burlando a legislação trabalhista, ou de subcontratação de grupos em condições diferenciadas de acesso a direitos e benefícios e são constatadas no curso da história do Brasil, muito antes do país vivenciar a pandemia.

A precarização no Brasil assume várias formas: informalidade (trabalhadores assalariados sem registro e grande parte dos ocupados por conta própria), subocupados por insuficiência de horas, contratos formais precários (intermitentes e por tempo parcial), condições instáveis de emprego mesmo para aqueles com carteira assinada. Somam-se a isso o enorme contingente de trabalhadores desempregados, em grande parte, por longos períodos (DIEESE, 2019, p. 3).

Pelo que conseguimos apreender até aqui, o que há efetivamente de novo no trabalho em educação, no contexto da crise pandêmica, é a transformação de espaços domésticos em extensões de sala de aula, no contexto de ensino remoto (aulas gravadas ou ao vivo, via internet), sem que o professorado disponha necessariamente nem de equipamentos, nem de ambiências adequadas para a realização de suas funções. A tudo isso, soma-se a precarização do trabalho do docente que sofre com a falta de internet, dificuldade em lidar com questões técnicas, queda de energia (o mesmo ocorre com os discentes), além de um arrocho salarial imposto pelas políticas neoliberais dos governantes que já dura mais de seis anos.

Nesse cenário desalentador, antes de discorrer sobre “*qual será o futuro do trabalho*”, Ricardo Antunes (2018) assinala mais uma vez que “*sem trabalho vivo não há valorização do capital*” e nos oferece pistas para a tendência, já explorada pelo capital na pandemia, de aumento da precarização nas atividades de teletrabalho, *home office*, educação à distância (EAD) e de transporte e entregas por aplicativos, que já comandam cerca de cinco milhões de trabalhadores no país. Ainda temos a indústria 4G ou quarta revolução industrial, marcada pela automação, robotização e produção de fábricas com grande independência do trabalho humano, combinada com a utilização de aplicativos, softwares, plataformas digitais e armazenamentos de dados em massa. Sem trabalho é

impossível a geração de coágulos de valor e de riqueza social, entretanto, todo esse arsenal de novas tecnologias prioriza o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo.

Exemplos absurdos aconteceram com os professores da Laureate International Universities, rede americana de ensino superior à distância, que denunciaram que as atividades dos alunos feitas através da plataforma digital da instituição passaram a ser corrigidas por um software de inteligência artificial sem que os alunos soubessem. Um dos professores, que teve a identidade preservada, disse que os docentes foram orientados a não repassar a informação para os alunos e que deveriam responder a todas as demandas como se eles próprios fossem os corretores das atividades. Uma espécie de manual foi enviado aos docentes pela Laureate orientando sobre o uso da ferramenta e alertando que as informações não deveriam ser repassadas aos alunos (DOMENICI, 2020; NEVES, 2021).

Assim, no contexto do “capitalismo pandêmico”, embora “*seu sistema metabólico não possa prescindir do trabalho*”, a receita neoliberal não prescreve mais emprego e trabalho digno decente; para a saída de crise a prescrição do capital será mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência e mais precarização para a classe-que-vive-do-trabalho. Sobre o futuro do trabalho deve-se negar o tipo de trabalho que só produz excedente de mercadorias para o capital e resgatar o verdadeiro sentido estruturante do trabalho vivo e que faça sentido para o ser social (ANTUNES, 2022).

Alguns estudiosos do tema, como Vanusa Neves, Lia Fialho e Charliton Machado (NEVES; FIALHO, MACHADO, 2021) apontam que a precarização do trabalho docente está potencializada pela pandemia, mas diz respeito a um problema estrutural no Brasil, que, fruto gradativo do neoliberalismo, sobretudo caracterizado pelo Estado mínimo, sequer consegue preservar os direitos e garantias sociais trabalhistas, a exemplo da mais recente reforma trabalhista, que, em 2017, alterou a CLT para flexibilizar, ou mesmo retirar, direitos conquistados mediante lutas históricas da classe trabalhadora. Inclusive, atualmente, constata-se que a atividade laboral docente precarizada experimenta os fenômenos de uberização, ou seja, trabalho por conta própria, em que ao professor cabe prover as ferramentas necessárias ao exercício profissional sem a contraprestação remuneratória devida, bem como a mercadorização da educação, caracterizada pela aplicabilidade das exigências de mercado à atividade educacional: produtividade, lógica mercantilista, entre outras.

Considerações finais

Com essas considerações finais, não temos a intenção de expor respostas acabadas acerca do cenário de precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. Ao contrário, suscitamos tensionamentos, reflexões e críticas que podem alicerçar outras produções. Assim, diante do exposto, foi verificado que a crise provocada pela pandemia da COVID-19 impactou direta e negativamente a sociedade e tem provocado efeitos trágicos nas mais diversas esferas sociais (CAJAIBA; SANTOS, 2021).

Nesse contexto, ao tempo que o ensino remoto se apresenta como solução provisória para o problema das aulas suspensas, confere-se maior visibilidade às desigualdades sociais, principalmente quando se coteja a escola pública com a privada, porque, apesar de o ensino remoto ter sido implementado subitamente, o maior despreparo para executar essa nova metodologia de ensino-aprendizagem é das escolas públicas, seus alunos e professores, pela precariedade de acesso à internet e ferramentas digitais

Ao longo da pandemia foi possível perceber que: a precarização do trabalho docente está potencializada pela pandemia; a maioria dos professores não é capacitada para o ensino remoto emergencial; muitos alunos sofrem exclusão digital, aumentando ainda mais as desigualdades sociais e os desafios para os docentes. Concluiu-se que as repercussões da pandemia sobre o trabalho docente estão relacionadas à mitigação dos direitos trabalhistas e à exaustão física e emocional dos docentes para cumprir as novas demandas de trabalho.

Antunes (2020; 2022) lança um desafio para a sociedade, que é o de lutar pela preservação da vida como “*um imperativo vital contra um mundo letal*” a reinventar um novo modo de vida, e nos convida para refletirmos e nos mobilizarmos em direção a um novo projeto; é preciso reinventar um sistema que valorize o trabalho humano e social, concebendo-o como atividade vital, livre, autodeterminada e que preserve a natureza e a própria humanidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus - O trabalho sob o fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CAJAIVA, Jaqueline B. M.; SANTOS, Arlete Ramos dos. *Precarização do trabalho docente em tempos de pandemia e as implicações do capitalismo*. Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação.

CUT - *Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas* [2016/2021]/CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador - Marcelo Buzetto. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMENICI, Thiago. “Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam”. *Folha de São Paulo*, 2 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml>

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019. Nota Técnica - DIEESE, n. 215, nov. 2019. 10p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.pdf>. Acesso em: 07/01/2023.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P.; SILVA, T. Tadeu da. (Orgs.). *Escola S.A. - quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: Editora CNTE, 1999.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LARA, Rafael da Cunha. Ubiquidade e crise pandêmica: o que há de novo no trabalho em educação? *Em Tese*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 24-43, jul./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, F. S.; BRETTAS, A. (Orgs.). *Pandemia Covid-19: a distopia do século XXI*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MANACORDA, M. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *Manuscritos-econômico-filosóficos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; FIALHO, Lia Machado F.; MACHADO, Charliton J. dos Santos. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. *Educação Unisinos*, v.25, 2021.

NOGUEIRA, C. M. M. e NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. Campinas: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs.). *Pierre Bourdieu – Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Diego O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb/> acesso em 01 de junho de 2021.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas*. Lisboa, Horizonte, 1984.

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar o trabalho docente, de forma geral, e a precarização do trabalho docente, por meio do ensino remoto durante o distanciamento social, que vem ocorrendo desde 2020 como medida utilizada pelos governantes no sentido de evitar a contaminação do coronavírus. Nessa via, questiona-se: como pensar a práxis docente no período de distanciamento? O que diferencia o trabalho docente? Como as aulas gravadas e disponibilizadas em um hospedeiro digital interferem na criatividade e inventividade do trabalho docente? Morin (2000) destaca os quatro pilares básicos e essenciais, preconizados pela UNESCO, a um novo conceito de educação: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser. Com base em tais fundamentos, discute-se o papel do trabalho docente no século XXI. Entendemos que os dilemas dos

educadores, nesses novos tempos, estão centrados em três questionamentos: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? Diante deste quadro, partimos da premissa de que o trabalho docente deverá enfatizar sua função educativa e que a base deve ser alicerçada em um conjunto de valores que possibilite alterar percepções, maneiras de pensar e instaure a cooperação e a sabedoria em detrimento do tecnicismo. Objetiva ainda, em primeiro plano, a dimensão ontológica da educação, examinando a origem de sua relação com o trabalho.

Palavras-chave: Trabalho docente; Precarização do Trabalho; Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to present teaching work, in general, and the precariousness of teaching work, through remote teaching during social distancing, which has been taking place since 2020 as a measure used by government officials to avoid contamination of the coronavirus. In this way, the question is: how to think about the teaching praxis in the period of distancing? What sets the teaching apart? How do classes recorded and made available on a digital host interfere with the creativity and inventiveness of teaching work? Morin (2000) highlights the four basic and essential pillars, recommended by UNESCO, for a new concept of education: learning to know, learning to live together, learning to do and learning to be. Based on these foundations, the role of teaching in the 21st century is discussed. We understand that educators' dilemmas, in these new times, are centered on three questions: What to teach? How to teach? Why teach? In view of this scenario, we start from the premise that teaching work should emphasize its educational function and that the base should be based on a set of values that allows changing perceptions, ways of thinking and establishes cooperation and wisdom to the detriment of technicalities. It also aims, in the foreground, at the ontological dimension of education, examining the origin of its relationship with work.

Keywords: Teaching work; Precariousness of Work; Pandemic.